




January 1988

# Inovação Curricular e a Reforma de 1855 de Luiz Pedreira do Couto Ferraz [Curricular Innovation and the 1855 Reform of Luiz Pedreira do Couto Ferraz]

Karl M. Lorenz  
*Sacred Heart University*

Ariclê Vechia  
*Universidade Tuiuti do Paraná*

Follow this and additional works at: [http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced\\_fac](http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced_fac)

 Part of the [International and Comparative Education Commons](#), [Science and Mathematics Education Commons](#), and the [Social and Philosophical Foundations of Education Commons](#)

## Recommended Citation

Lorenz, Karl M. & Vechia, Ariclê. Inovação Curricular e a Reforma de 1855 de Luiz Pedreira do Couto Ferraz. In: *Anais da VII Reunião Reunião da SBPH*. São Paulo, Brasil: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1988, p. 139-142.

This Presentation is brought to you for free and open access by the Isabelle Farrington College Of Education at DigitalCommons@SHU. It has been accepted for inclusion in Education Faculty Publications by an authorized administrator of DigitalCommons@SHU. For more information, please contact [ferribyp@sacredheart.edu](mailto:ferribyp@sacredheart.edu).

## INOVAÇÃO CURRICULAR E A REFORMA DE 1855 DE LUIZ PEDREIRA DO COUTO FERRAZ

*Karl M. Lorenz (UFPR)*  
*Ariclé Vechia (UFPR)*

O estudo faz parte de um projeto que tem por objetivo analisar quantitativamente os currículos oficialmente adotados pela escola secundária brasileira de 1838 a 1971. Neste primeiro momento tomamos como objeto de análise os currículos adotados pelo Colégio de Pedro II, por ser considerado o padrão a ser seguido.

Neste estudo, não foram analisados apenas cada currículo individualmente mas foram feitas análises comparativas entre os currículos que compõem determinados conjuntos curriculares. Tais análises permitem uma maior compreensão das características particulares de cada currículo e demonstram as mudanças e permanências em termos de composição, organização e ênfase dada nos mesmos às diversas áreas de estudo, no transcorrer do tempo.

Na análise do conjunto curricular (1838-1971) alguns currículos se destacaram, dentre eles podemos salientar o de 1855 de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, tendo-se em vista a singularidade de sua estrutura quando comparada com as apresentadas pelos demais currículos no período em questão.

O estudo inicialmente aborda de forma breve o contexto sócio-educacional no qual a reforma de ensino foi instituída e enfoca algumas mudanças propostas pela mesma. Em seguida procura caracterizar o currículo segundo alguns indicadores e analisa as modificações e inovações verificadas em termos do conjunto curricular.

A fundação do Imperial Colégio de Pedro II e a adoção de um regime de estudos seriados pouco contribuíram para atenuar os problemas do ensino secundário no país. Muito embora a matrícula no Colégio tivesse aumentado consideravelmente durante os primeiros anos de sua existência e fossem feitos esforços para melhorar a qualidade de ensino, o efeito modelador visualizado pelos legisladores foi praticamente nulo. Os liceus provinciais continuavam funcionando precariamente, sem condições de adotar as medidas propostas para o ensino federal. Além

disso, estavam ameaçados de extinção em virtude da concorrência de um crescente número de instituições de ensino particular. Grande parte do problema residia no fato que tanto as instituições particulares quanto as oficiais estavam livres de qualquer interferência do poder central, pois não havia nenhuma medida legal que garantisse a uniformização dos estudos no país e nenhum sistema de fiscalização que assegurasse o bom funcionamento desses estabelecimentos.

Durante toda a década de 40 foram realizados debates visando encontrar um mecanismo que, por meios indiretos, padronizasse o ensino nas instituições secundárias sem violar os princípios constitucionais baixados pelo Ato Adicional de 1834. Concomitantemente, se desenrolou uma série de discussões acerca da importância e da necessidade de se incluir o ensino técnico no currículo da escola secundária, ou de se desenvolver um sistema alternativo de ensino.

A década de 50 trouxe inúmeras inovações ao sistema educacional brasileiro em todos os níveis de ensino. As reformas realizadas nessa década refletiam as mesmas preocupações já observadas em países europeus principalmente no tocante ao ensino primário, secundário e técnico, e procuravam encontrar soluções, ainda que parciais, aos problemas debatidos desde a década anterior.

Em 17 de setembro de 1851 a Assembléia Geral Legislativa aprovou pela Lei nº 630 um projeto, apresentado pelo futuro barão e visconde de Bom Retiro, o então deputado Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que autorizava o governo a reformar o ensino primário e secundário no Município da Corte. A reforma somente foi colocada em vigor em 1854 quando o próprio Couto Ferraz ocupava a Pasta do Império.<sup>1</sup> Porém, o raio de ação de Couto Ferraz não ficou restrito apenas a esses dois níveis de ensino. Sob seu ministério foi executada uma série de reformas que abrangiam o ensino técnico e o superior em todo o país.

## O Regulamento de 1854

O Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte aprovado pelo Decreto nº 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854 introduziu uma série de modificações que afetaram profundamente as características do ensino público e particular destes dois graus de ensino. As medidas adotadas procuravam atender a duas necessidades diagnosticadas: a de uniformizar e fiscalizar o ensino e a de prover as bases para o fortalecimento do ensino técnico no país.

Através de vários dispositivos o Regulamento criou uma Inspeção Geral cuja função era a de fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de instrução primária e secundária do Município da Corte; instituiu a realização de Exames Gerais de Preparatórios no Município da Corte perante a Inspeção de Instrução Primária e Secundária; estabeleceu normas para o exercício da instrução primária e secundária na Corte.

A Inspeção Geral foi um mecanismo de controle que tinha por objetivo garantir a qualidade e a uniformização da instrução primária e secundária na capital do Império.<sup>2</sup> A influência da Inspeção a nível nacional foi limitada e assim os efeitos das medidas unificadoras previstas pelas reformas foram parciais. O ensino desenvolvido na Corte só influenciou o ensino nas províncias de forma indireta.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império (Subsídios para a História da Educação no Brasil)*, São Paulo, Brasiliense, Vol. IV, 1940, p. 10-11.

<sup>2</sup> Decreto nº 1331-A de 17 de fevereiro de 1854. O Artigo 11º anota: "O conselho diretor tomará parte em todos os negócios em que a intervenção é exigida por este Regulamento. Terá especialmente a seu cuidado: a) o exame dos melhores métodos e sistemas práticos de ensino; b) a designação e revisão de compêndios; c) a criação de novas cadeiras; d) o sistema e matéria dos exames. Em geral será ouvido sobre todos os assuntos literários que interessem a instrução primária e secundária, cujos melhoramentos e progressos deverá promover e fiscalizar, auxiliando o Inspetor Geral. Julgará as infrações disciplinares, a que esteja imposta para maior que as de administração (?), repreensão ou multa, quer dos professores primários e secundários, quer dos professores e diretores das escolas, aulas e colégios particulares".

<sup>3</sup> O Artigo 3º do Decreto nº 1331-A incumbe ao Inspetor Geral: coordenar os mapas e informações que os Presidentes das Províncias remetessem anualmente ao Governo sobre a instrução primária e secundária e apresentar um relatório circunstanciado do programa comparativo neste ramo entre as diversas Províncias e o Município da Corte, com todos os esclarecimentos que a tal respeito pudesse ministrar; e organizar o regimento interno das escolas e dos outros estabelecimentos de instrução pública.

Uma segunda contribuição da Reforma foi a organização de um sistema de Exames Preparatórios realizados junto à Inspeção Geral na capital do Império. Segundo Artigo 112 do Regulamento, os alunos classificados em primeiro e em segundo lugar nos referidos exames seriam admitidos em qualquer Academia de ensino superior independentemente de novos exames junto às Faculdades. A realização de tais exames foi de fato mais uma maneira de uniformizar os estudos na Corte, visto que os mesmos eram realizados tomando-se por base os compêndios e os programas adotados no Colégio de Pedro II.

Com respeito à instrução primária o Regulamento dividiu as escolas públicas em duas classes: a de instrução elementar, com a denominação de Escolas do Primeiro Grau; e a de instrução primária superior com a denominação de Escolas de Segundo Grau.<sup>4</sup> Fixou também as matérias que compreendiam o ensino em cada uma das classes, bem como os métodos de ensino a serem adotados. Essa reestruturação tomou como modelo o plano de estudos francês proposto pelas Reformas de Guizot de 1833 e de Falloux de 1850. Na realidade os programas de ensino estabelecidos pela reforma de Falloux e de Couto Ferraz foram quase idênticos.

Em relação ao ensino secundário, o Regulamento estipulou que enquanto não fosse criado o externato cogitado na lei de 17 de setembro de 1851, a instrução secundária seria dada no Colégio Pedro II e nas Aulas Públicas existentes. Fixou o curso em sete anos e indicou as cadeiras que comporiam o mesmo. Porém, a organização do currículo foi objeto de legislação especial.

### Características gerais do currículo

O Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1556 de 17 de fevereiro de 1855, que complementou o Regulamento de 1854, modificou profundamente os estudos no Imperial Colégio de Pedro II, dividindo-os em dois ciclos: os Estudos de Primeira Classe e os Estudos de Segunda Classe.<sup>5</sup> O primeiro ciclo com duração de quatro anos deveria ser frequentado por todos os alunos do Colégio. Ao final deste período os alunos poderiam prosseguir seus estudos no próprio Colégio ou requerer um certificado de conclusão que lhes daria o direito a ingressar em um dos institutos de formação técnica, sem prestar novos exames. Os alunos que continuassem os estudos de segunda classe, com duração de três anos, receberiam ao final do sétimo ano o título de Bacharel em Letras que lhes garantiria o direito de matrícula em qualquer instituição de ensino superior.

<sup>4</sup> Artigos 47 e 48 do Decreto nº 1331-A.

<sup>5</sup> Artigo 1º do Decreto nº 1556 de 17 de fevereiro de 1855 que aprova o Regulamento do Colégio de Pedro Segundo.

O esquema de currículo 4+3 do Ministro Couto Ferraz foi um meio utilizado para compatibilizar o ensino técnico com o sistema de ensino secundário existente. O plano curricular permitia a preparação de alunos para as carreiras técnicas, ao mesmo tempo que formava bacharéis e preparava os alunos para as instituições de ensino superior. Esta organização curricular foi inovadora no período, pois somente no século XX é que ressurgiu tal tipo de organização.

A reestruturação do curso secundário em dois ciclos resultou em profundas modificações no currículo, tanto em termos de seus conteúdos quanto em termos de sua estrutura.<sup>6</sup> Em comparação ao currículo de 1841, o currículo de 1855 apresentou menor número de matérias nas séries. Enquanto em 1841 foram registradas 78 matérias nas sete séries, em 1855 este número baixou para 51. Uma das principais razões para a redução de oferta de matérias foi a diminuição dos estudos simultâneos e a eliminação de determinadas matérias de Francês, Inglês, Geografia, Desenho e Música.

Uma das inovações mais marcantes foi a redistribuição das matérias nas séries, sendo que as matérias da área de Ciências, as de Matemática e as de História e Geografia foram as mais afetadas. Nos currículos de 1838 e 1841 as matérias científicas ocuparam as últimas séries do curso. Porém no currículo de 1855 foram relocadas para as séries iniciais do curso, passando a figurar na 2ª, 3ª e 4ª séries, dos estudos de primeira classe. Da mesma forma, as matérias da área de Matemática que em 1841 constavam na 5ª, 6ª e 7ª séries passaram a figurar nas quatro primeiras séries. A redistribuição das matérias dessas duas áreas de estudos foi consoante com o objetivo geral da reforma de reorganizar o currículo para que este preparasse o aluno para um curso técnico. Os estudos de Ciências e de Matemática situados nas primeiras séries eram úteis para os alunos que optassem por interromper seus estudos no primeiro ciclo e ingressar em uma das instituições de ensino técnico. Por outro lado, os alunos que optassem por seguir os estudos de segunda classe, não seriam prejudicados visto que teriam nas séries iniciais do curso o embasamento científico e matemático necessário para continuar seus estudos e seguir qualquer dos cursos superiores. As três séries dos estudos de segunda classe propiciariam ao aluno a oportunidade de aprimorar os conhecimentos predominantemente humanísticos e literários que eram exigidos para ingresso nos cursos superiores.<sup>7</sup> Esta distribuição das matérias pelos anos do curso, também foi única quando comparada com o conjunto curricular.

Os estudos de História e Geografia também foram modificados. Por indicação do Regulamento de 1854, esses estudos foram organizados em duas cadeiras:

<sup>6</sup> O currículo analisado foi o proposto pelo Artigo 4º do Decreto nº 1556.

<sup>7</sup> O título de Bacharel garantia a matrícula em qualquer curso superior, porém, muitos alunos para acelerar os estudos, prestavam exame preparatório antes de concluir os sete anos de estudos.

a primeira compreendia Geografia e História Antiga e Geografia e História da Idade Média; a segunda, Geografia e História Moderna, e Corografia e História do Brasil. As disciplinas componentes da primeira cadeira faziam parte dos estudos da segunda classe, e os da segunda cadeira da primeira classe.<sup>8</sup> Note-se que os estudos de História que em 1841 apareciam sob o título genérico História, também foram subdivididos em História Antiga, da Idade Média, Moderna e do Brasil.

O mais importante foi a seqüência dada aos estudos no currículo. Conforme se observa, a cadeira de Geografia e História Moderna e Corografia e História do Brasil figuravam nos estudos de 1ª classe, enquanto Geografia e História Antiga e da Idade Média figuravam na 5ª e 6ª séries. Novamente, seguindo uma ordem cronológica progressiva.

Essa organização representou uma inovação em termos de seqüências comumente aceita nos currículos.<sup>9</sup> A inclusão de História Moderna, Corografia e História do Brasil no primeiro ciclo dava conhecimentos mais atuais aos alunos que apenas cursassem o primeiro ciclo.

O currículo de 1855 apresentou, também, uma mudança na ênfase dada às diversas áreas de estudos.<sup>10</sup> Caso mais marcante foi a acentuação da presença das disciplinas de Ciências no novo currículo. Muito embora o número das disciplinas científicas fosse ligeiramente reduzido em virtude da exclusão da Zoologia Filosófica, o número de vezes que as matérias apareceram na seriação aumentou sensivelmente. Em 1841 as Ciências representaram apenas 9% das matérias ofertadas enquanto em 1855 passaram a representar 19%. Este acréscimo deve-se em parte à ampliação dos estudos de Física e Química que figuravam pela primeira vez como autônomas. Nota-se ainda que Física passou a figurar na 2ª série e Química na 3ª, sendo ambas repetidas na 4ª série. Da mesma forma, os estudos de Geologia e Mineralogia, também, foram ampliados, pois figuravam na 3ª série e eram repetidas na 4ª. Tudo indica que o tempo dedicado ao ensino destas quatro matérias dobrou.

Com base no grande número de matérias de Ciências na seriação e sua localização nas séries iniciais

<sup>8</sup> Artigo 79 do Decreto nº 1331-A de 17 de fevereiro de 1854 e Artigo 1º do Decreto nº 1556 de 17 de fevereiro.

<sup>9</sup> Nos currículos de 1865, 1870, 1876, 1878, 1881, 1890, etc. História Moderna, Corografia e História do Brasil figuravam nas séries finais do curso. Salvo raras exceções (1855, 1857) os estudos de História se iniciavam por História Antiga e terminavam com História do Brasil.

<sup>10</sup> Visto que não foi possível localizar a carga-horária do currículo de 1855, as análises foram realizadas tomando-se como base o número total de matérias para as diversas áreas na seriação, que é um dos indicadores da ênfase dada a uma área de estudo.

conclui-se que as Ciências receberam maior importância em 1855 do que nos currículos anteriores, e em muitos posteriores embora seus conhecimentos não fossem ainda exigidos nos exames preparatórios e por isso o reconhecimento de seu valor não era generalizado.<sup>11</sup> Mas com a antecipação dos estudos de Ciências para as séries iniciais, todos os alunos tinham que cursá-los independente de seus planos futuros.

Em termos de presença a área dos Estudos Sociais continuou sendo privilegiada, sendo que suas disciplinas representaram 19% do total. A área de Matemática, por sua vez, não sofreu modificações marcantes.

A área de Humanidades, apesar de continuar predominando em relação à sua presença, passou por mudanças internas com a eliminação da Poética e da Gramática Geral e a introdução da Filosofia Moral e do Italiano que foi ofertada como facultativa.<sup>12</sup> Apesar do número de disciplinas do rol ter permanecido inalterado, o número de matérias foi sensivelmente reduzido de 37 em 1841 para 26 em 1855, principalmente por causa da diminuição dos estudos simultâneos.

Finalmente, as matérias restantes de Desenho e Música, que eram obrigatórias e representavam 16% da carga-horária total em 1841, foram consideradas facultativas, não sendo exigidas para obtenção do certificado de conclusão dos estudos de primeira classe ou do título de Bacharel. Do mesmo modo, Ginástica, que visava desenvolver a saúde, agilidade e inteligência do aluno, foi incluída no currículo como facultativa, sendo que seu ensino teria lugar somente durante as horas de recreação.<sup>13</sup> Portanto, sua ênfase no currículo foi muito afetada.

---

<sup>11</sup> Levando-se em consideração o número de matérias na seriação e a grande similaridade entre os currículos de 1855 e de 1857, pode-se concluir que o currículo de 1855 também foi caracterizado por uma alta carga-horária atribuída às matérias de Ciências.

<sup>12</sup> Programa de ensino do Colégio de Pedro II para o ano de 1856. Páginas 78, 84 e 86.

<sup>13</sup> Artigo 7º do Decreto nº 1556.

É importante observar que a reforma não se restringiu apenas ao ensino de Ciências. Seu efeito foi mais extenso, pois outras áreas de estudo também sofreram mudanças, porém em menor escala.

Resumindo, as modificações efetuadas tiveram o intuito de sanar deficiências no currículo de 1841. Ao justificá-las Euzébio de Queiroz salientou que "a nova forma dada à distribuição dessas matérias procurou facilitar o desenvolvimento da inteligência dos alunos".<sup>14</sup> As grandes inovações introduzidas no currículo de 1855 com respeito à reseqüenciação, ao desdobramento de disciplinas que em 1841 eram acopladas, a inclusão de novas disciplinas e a exclusão de outras, pretendiam contribuir a esta finalidade.

O currículo de 1855 quebrou com o padrão adotado no currículo de 1841 e introduziu uma nova era de experimentação e mudança curricular sem precedentes no ensino secundário durante o Império.

Como toda reforma radical, teve pouco tempo de implementação para que se pudesse avaliar os resultados, pois em dezembro de 1857 foi aprovado novo currículo. Porém deixou seus traços, tais como a divisão do curso em dois ciclos, a ênfase na área de Ciências e a alguma alteração na seqüência dos estudos de História. Somente o currículo da reforma de 1862 é que anulou o experimento de Couto Ferraz.

---

<sup>14</sup> Relatório do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte apresentado à Assembléia Geral Legislativa em 1856. Euzébio de Queiroz ainda escreve: "Os defeitos capitais que notavam na organização do Colégio de Pedro II, os que desejavam a sua reforma para melhoramento da instrução clássica secundária eram a excessiva simultaneidade das matérias e o caráter puramente literário da instrução que aí recebiam os alunos; de maneira que, pouco própria para o progressivo desenvolvimento da inteligência era a distribuição dos estudos e pouco sólidos eram os conhecimentos que adquiriam os alunos".